

CAMPO E CIDADE: A CONSTRUÇÃO DOS MITOS

Priscilla Bagli – FCT/UNESP – priscillabagli@yahoo.com.br[1]

Introdução

Campo e cidade: pólos extremos de uma dicotomia? Grande é a complexidade de tal questionamento. Quiçá seja um desafio que se inicia com a necessidade de compreender as vicissitudes históricas e como estas influenciaram o pensar sobre o campo e a cidade.

Mitos construídos solidificaram a dicotomia campo – cidade. É fundamental que se entenda a construção de tais mitos para se desvendar a origem das visões estruturadas na linearidade. Há a necessidade de se entendê-los, porque eles possuem uma base de sustentação na realidade aparente. Entretanto, perde-se a essência se as análises são realizadas fundamentadas apenas na aparência. Destarte, se compreendermos o processo ideológico que se esconde por trás da aparência, desvendamos a essência dos objetivos e o porquê de tais construções.

Aparência e essência na construção dos mitos

As diferenças entre campo e cidade datam da origem. Entretanto, o diferencial tornou-se oposição. Contrastes exacerbados. Campo e cidade tornaram-se conceitos antonímicos. O que deveria diluir os antagonismos – o desenvolvimento tecnológico – acentuou. A tecnologia contrapôs a criação natural à criação humana, a subjugação à natureza à emancipação do homem. Naturalismo versus artificialismo. De um lado o campo, natural; de outro a cidade, artificial[2].

A tecnologia emancipou o homem da dependência extrema aos fatores naturais. Campo e cidade são construções humanas. Todavia, na cidade, o sentido criativo aparentemente se expressa de maneira mais forte. Portanto, a emancipação é maior. No campo, as mudanças estão subjugadas à lógica da natureza. Os limites criativos se estreitam. Contrapôs-se, dessa forma, o lugar do natural – o campo – e do não natural, ou do racionalmente produzido pela lógica humana – a cidade.

Fato é que as mudanças se processam com maior velocidade nas cidades, especialmente se pensarmos nos séculos que se distanciam de nossa contemporaneidade. A concentração de pessoas facilitava (e muito) a propagação de usos e costumes. Na cidade, produtos eram criados e consumidos com rapidez.

A distância entre o campo e a cidade dificultava o contato dos moradores rurais com essas “novidades”. Raras eram as vias de acessos, e as que existiam possuíam condições pouco razoáveis de tráfego. Mesmo quando estradas foram construídas, facilitando a comunicação entre os moradores de ambos os lugares, a cidade teve seu poder centralizador ampliado. Lá se produziria o que lá (e em outros lugares) seria consumido.

Alguns pontos são inquestionáveis em se tratando dos atributos das cidades: a capacidade em centralizar ações, criar e distribuir mercadorias, a rapidez e intensidade das mudanças, e a forma como elas se processam. Frente às cidades, como ficaria o campo? Diriam muitos: imutável e homogêneo. O campo visualizado de forma monolítica. Os mitos (da imutabilidade e homogeneidade do campo) são construídos sobre fatos aparentes: as cidades mudam numa velocidade infinitamente superior, as mudanças atingem uma quantidade muito maior de pessoas e a heterogeneidade é algo de ampla visibilidade. Seriam a mudança e a heterogeneidade características apenas das cidades?

Coloca-se a questão das escalas temporais para pensar tais aspectos: tempo rápido e tempo lento. No campo as mudanças se processaram de forma mais lenta. Todavia, não deixaram de ocorrer.

Bloch (2001p. 107) diz que “a mudança não é em si uma coisa nova”. Ocorreram nas cidades, aldeias e nos campos, mas de forma diferenciada.

Se a diferença não é respeitada, pode-se cair no risco de suprimir as peculiaridades, tornando homólogo aquilo que por essência é heterogêneo. Exemplo: os instrumentos de trabalho que evoluíram no tempo e se diversificaram no espaço. Os moradores do campo criaram e aprimoraram suas técnicas que não foram comuns em todos os lugares do mundo. Bloch (2001, p.107) relata que “O francês do começo do século XVIII não cultivava nem as mesmas plantas, nem com os mesmo meios, nem segundo o mesmo ritmo de rotação que seu ancestral das épocas romanas”. A existência de diferentes civilizações rurais com costumes, instrumentos e cultura diferenciada é a prova dessa heterogeneidade. Willians (1989) ressalta essa heterogeneidade do campo quando fala que a realidade histórica “é surpreendentemente variada”. Para o autor, a vida campestre “engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais”, e a organização varia “da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e plantations às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais” (WILLIANS, 1989, p.11).

Eis o problema: a comparação. Quando grandezas heterólogas são comparadas tendo por base a unilateralidade, equívocos são cometidos. O campo foi olhado tendo como parâmetro uma lógica que não lhe é peculiar: a lógica das cidades. Sua originalidade foi submetida a uma outra realidade. Destarte, a essência constitutiva da lógica do campo foi suprimida pela aparência das cidades. Mostrou-se uma face, ocultando a outra. Todavia, tais mitos não foram os únicos construídos. O campo entendido enquanto passado e lugar do atraso também tem suas bases fundadas em uma realidade aparente: a relação com o feudalismo.

O campo estava imbuído em uma lógica feudal que o novo modo de produção empenhava-se em extinguir. As estruturas feudais tornaram-se incompatíveis ao desenvolvimento capitalista. As relações solidificadas durante séculos já não mais condiziam com as necessidades dessa nova sociedade que emergia. Portanto, se o campo trazia intrínseco uma lógica feudal, e esta por sua vez representava um passado envelhecido, ambos deveriam ser aniquilados para acabar com os resquícios dessa sociedade decadente.

A relação feita entre campo e modo de produção feudal não se constituiu o cerne do problema. Mas a associação do feudalismo a aspectos pejorativos trouxe a reboque a idéia de atraso enquanto um atributo do campo. Se ser feudal era ser atrasado, e a feudalidade estava no campo, o novo estaria alhures: na cidade.

À cidade, associaram-se qualidades: centro de realizações, de saber e de comunicações, lócus da liberdade. Huberman (1986, p.28) atenta para o fato de que “a atmosfera do feudalismo era a da prisão, ao passo que a atmosfera total da atividade comercial da cidade era a da liberdade”. A liberdade fora o principal argumento utilizado para atrair as populações rurais. A cidade as libertaria das obrigações feudais, substituindo os velhos costumes, conforme dizia certo provérbio alemão “o ar da cidade torna um homem livre”.

Questiona-se: qual o intuito dessas correlações (do campo com o atraso e da cidade com a liberdade)? Extinguir com as bases feudais que impediam o avanço das relações capitalistas de produção. Portanto, relacionar o campo e seu modo de vida rural ao atraso foi uma forma de construir uma ideologia que solidificasse o novo modo de vida: o das cidades (urbano). A ruralidade seria substituída pela urbanidade. A urbanização expandiria as condições do novo modo de produção, estenderia a “civilidade” a todos. Destarte, com o objetivo de “civilizar o campo”, justificou-se o desmatamento, a expropriação, a expulsão e a apropriação de recursos naturais. No momento em que as cidades despontaram enquanto centro comercial, o mito do

“progresso” e do “novo” impulsionou as migrações. Assim, o objetivo de liberar o campo para exploração e tornar abundante a mão-de-obra nas cidades fora atingido.

A vida urbana tornou-se referência para contrapor e eliminar a “embrutecimento da vida rural” (MARX, 2002, p.49). O campo passou a ser o “outro”, ou seja, aquilo que não era a cidade, permeado de preconceitos. O lugar para onde caminharia, cedo ou tarde, a urbanidade.

A dicotomia se fortaleceu e se legitimou. A cidade tornou-se representante da criação emancipadora, do novo, do futuro; e o campo, da subjugação, do velho, do passado.

Desenvolvimento de tecnologias. Industrialização. Migrações. Assim as cidades cresceram. Assim os problemas surgiram.

O processo de idealização do campo e da vida rural aconteceu num momento em que despontou a problemática das cidades, em virtude da falta de planejamento para receber o grande contingente migrante vindo do campo. As pessoas chegavam e se amontoavam pelas ruas mal recortada. A ausência de saneamento, a insalubridade das casas, a falta de limpeza dos espaços públicos, as fumaças poluentes das chaminés das fábricas e o mau cheiro existente fundamentaram a idealização do campo, contrapondo-o enquanto lugar da vida natural, tranqüila e repleta de belezas. Hobsbawn (2000, p.224) relata que “as cidades e as áreas industriais cresciam rapidamente, sem planejamento ou supervisão, e os serviços mais elementares da vida da cidade fracassavam na tentativa de manter o mesmo passo”, promovendo o “reaparecimento das grandes epidemias de doenças contagiosas [...] notadamente a *cólera*, que reconquistou a Europa a partir de 1831 e varreu o continente de Marselha a São Petersburgo em 1832 e novamente mais tarde”.

Desde o século XVIII, a problemática das cidades já provocava descontentamento nas pessoas que nela residiam. Se outrora apenas qualidades lhe eram atribuídas, associações pejorativas tornaram-se inevitáveis: barulho, sujeira, doenças, perversidade. Novas associações também surgiram para o campo, contrapondo a realidade citadina: tranqüilidade, sossego, paz. Tais associações não diluem a dicotomia campo – cidade, ampliam-na. As novas associações dilataram os contrastes, criando novos mitos. Mitos fortalecidos, sobretudo pelo pensamento romântico.

Os ideais bucólicos foram fundamentados na contemplação dos atributos da vida natural, ressaltando a beleza, tranqüilidade e o sossego da vida do campo. O romantismo se baseou na idéia obsessiva de recuperar a unidade perdida entre o homem e a natureza. No homem primitivo, encontrar-se-iam as virtudes que foram corrompidas pela sociedade burguesa.

Um dos precursores do pensamento romântico^[3] foi Rousseau. Marcando uma postura diferenciada frente aos demais pensadores, baseou-se na idéia de que o homem nasce o bom, a sociedade o corrompe. Para ele, o homem possuía, em sua origem, um estado de natureza: vida simples fundamentada nos instintos e organização fisiológica perfeita. A natureza fizera o homem sadio e livre. Não fora bom, nem mal, mas possuía a piedade. Suas paixões elementares reduziram-se a três desejos: nutrição, reprodução e repouso. Seu temor fora a dor, e não a morte, pois a ignorava. Possuía uma vida simples, que o privava de força e agilidade. Ao se defender dos animais, suportar as intempéries da atmosfera e o rigor das estações adquirira temperamento robusto e quase inalterável. A natureza tornou os homens fortes.

A evolução social corrompeu o “estado natural” do homem. O homem natural desaparecera no momento em que surgiram as desigualdades prejudiciais, cedendo lugar a agrupamentos de homens artificiais e paixões fictícias sem fundamento na natureza. O homem domesticou-se. E assim como os animais, uma vez domesticados, degenerou-se. O homem natural fora uma unidade numérica: absoluto total. O homem civil tornou-se uma unidade fracionária: preso ao

denominador cujo valor está em relação com o todo. A sociedade civilizada promoveu a decadência do homem natural e seu estado primitivo de harmonia. Ineriu-lhe vícios até então desconhecidos. Corrompeu a mente e os corpos, que se tornaram frágeis. O que outrora lhe servira para garantir a sua sobrevivência, já não era mais suficiente. Ao adquirir os vícios de uma vida em sociedade, o homem descartou suas virtudes naturais. Perdeu as qualidades do estado de natureza. Enquanto o corpo fora o único instrumento que o homem selvagem conhecera, o homem civilizado tornou-se refém das máquinas: mais artificial e menos preparado. Aquilo que alhures (no passado) determinaria a felicidade do homem selvagem, reduziu o homem policiado ao desespero. Quanto mais se aglomerou em cidades, mais rápido o homem perdeu o dom primeiro da natureza: a liberdade.

Para Rousseau, não haveria mais como recuperar a harmonia desse estado primevo. Entretanto, havia quem mais dele se aproximava: o camponês. Motivo: o contato maior que possuía com a natureza tornou-o mais apto e menos corrompido que o homem da cidade.

Os camponeses, estando distantes das aglomerações humanas e de suas artificialidades e mais próximos da natureza, foram menos corrompidos. Conseguiram manter qualidades primitivas de seu estado de natureza: virtudes que os homens da cidade há muito perderam. A rusticidade da vida camponesa os torna menos dependente dos outros. Estão em contato direto com o ar puro do campo. São mais naturais: fortes, ágeis, e, portanto, mais livres. Estão mais preparados, seus instintos são melhor usados, distanciando-se dos vícios da civilização. A simplicidade os faz superiores.

Para o autor, as cidades são os bátratos da espécie humana. Enquanto o campo é o lugar da renovação, capaz de conduzir o homem ao vigor primitivo, sendo, portanto, o melhor lugar para se educar a criança e viver.

Outros pensadores também exaltaram a vida campestre. Para Michelet, a inocência, a simplicidade e a tradição do camponês seriam as virtudes salvadoras da sociedade. A tradição salvaguarda estaria no patrimônio dado por Deus: “o dom de trabalhar, de combater se for preciso, sem comer, o dom de viver de esperanças, o dom da alegria corajosa” (MICHELET, 1988, p.30).

Michelet desenvolveu a idéia de que a nobreza camponesa estaria em sua inocência, simplicidade e, especialmente, no seu amor com a terra. Se a tentação do pescador era a água, a do camponês era a terra, e para expandi-la, tomava emprestado do usurário local. Esse seria o momento do início de seu processo de decadência. Trabalharia até seu esgotamento completo e o de sua família. A usura levaria a suas forças e o iludiria, tornando-o um homem sombrio, de pouco riso. Essa tortura o levaria ao esgotamento. Amargurado, se isolaria cada vez mais. Destarte, a insociabilidade camponesa teve suas origens na miséria vivida e que consumia o camponês a cada dia, impedindo-o de aproximar-se daqueles que seriam seus amigos naturais. Ao tornar-se escravo do usurário, não seria mais apenas miserável, perderia também a sua coragem. A perda das indústrias artesanais levaria anos de trabalho, a economia e o sacrifício investidos.

Michelet também fez comparações entre o do campo e da cidade. Considerava os camponeses mais laboriosos, embora mais desnutridos. “O operário mais modesto come pão branco; mas aquele que lhe proporciona o trigo só como preto. O camponês faz o vinho, e a cidade o bebe” (MICHELET, 1988, p.42).

Ao migrar para a cidade, esta lhe parecia brilhante, em contraste à pobreza do campo. Nas cidades o trabalho era mais suave. Trabalhavam em recintos fechados. O salário parecia razoável e a alimentação melhor. As pessoas tinham a possibilidade de adquirir outros artigos de consumo, que no campo estavam longe de serem consumidos.

Meras aparências. Havia as oscilações e o desemprego. O ar das cidades era impuro. Embora ganhasse mais dinheiro, adquiria vícios que o levaria facilmente. Dessa forma, perderia suas virtudes: a sobriedade, a economia e a avareza. O progresso exterior não seria suficiente para encobrir seus custos. A máquina não permitia divagação ou distração, apenas o tédio e a monotonia. O trabalho realizado por esses homens-máquina os deformariam. Tornariam-se fracos, fisicamente, e impotentes, moralmente. Eis a causa de seus vícios. As máquinas deram aos homens a capacidade de unir as forças sem precisar unir os corações. A sociedade trabalhava para tornar-se insociável.

Todavia, sua tradição não ficou presa a um passado sem volta. Por não estar perdida, haveria como recuperá-la. Para barrar a decadência da sociedade, haveria que se resgatar a moral camponesa – a seiva – e generalizá-la. Como? Fazendo renascer em todos a criança que mantém vivos os instintos e as virtudes naturais. Essa seria a única forma de restaurar a simplicidade, a economia, o sacrifício, a amizade, o amor, a família e a generosidade.

Nota-se que, tanto Rousseau quanto Michelet, realizaram severas críticas as tecnologias, as cidades e seu modo de vida. Para ambos a racionalidade bruta e o desenvolvimento tecnológico foram os causadores da decadência humana e de seus desequilíbrios. A razão suprimiu a sensibilidade. As novas tecnologias não emanciparam os homens, mas criaram falsas solidariedades. Destituíram-nos de suas principais qualidades: as naturais, tornando-os fracos e frágeis – reféns das máquinas.

A cidade corrompeu a harmonia pretérita ao inserir vícios. Estes, por sua vez, tornaram os homens menos preparados e mais dependentes. O modo de vida artificial destruiu os dons que lhes eram inatos e que lhes asseguravam a liberdade – a grande virtude humana.

Ambos procuraram fugir dos valores da sociedade burguesa e dos problemas a ela inerentes. Como? Valorizando a tradição histórica humana e natural, esforçaram-se por construir um projeto que recriasse a relação pretérita de equilíbrio do homem com a natureza. No passado, estaria a salvação da espécie humana: no homem primitivo ou quem dele mais se aproximasse (para Rousseau), ou na tradição salvadora e na simplicidade do modo de vida camponês (para Michelet).

Essa visão idílica do campo e de seu modo de vida, presente também em outros autores, não contribuiu para romper com os velhos mitos. Ao contrário, criou outros. O bucolismo exaltou as qualidades naturais do campo. O modo de vida rural passou a ser visto como sinônimo de harmonia, de intrínseca relação entre homem e natureza. Lócus das virtudes. Em contraposição, a vida nas cidades foi relacionada ao caos, a degradação e a decadência. Lócus dos vícios (ambição, devassidão, roubalheira), dos problemas sociais (desigualdades e miséria) e ambientais (poluição sonora, atmosférica e hídrica).

Fortaleceu-se ainda mais a dicotomia, contrapondo viciosidade da cidade à virtuosidade do campo. Novamente, a aparência suprimiu a essência. Fato era que a problemática das cidades se acentuara com o desenvolvimento industrial e o inchaço populacional. Porém, a realidade do campo também apresentava seus problemas. Ao prender-se a um passado distante, a idealização escondeu os problemas presentes (e também pretéritos), maquiando a realidade. A idealização da vida campestre não colocou as potencialidades e heterogeneidades do mundo rural.

O conservadorismo romântico prendeu-se a um passado idealizado, onde a harmonia prevalecia em todos os sentidos. Entretanto, convém ressaltar que, em todos os momentos da história, as mais diversas sociedades tiveram seus problemas. Outrora, a falta de tecnologias deixava os homens totalmente subjugados às condições naturais. Era comum mortes por fome e doenças. O desenvolvimento tecnológico emancipou (em parte) o homem, mas a problemática social

aumentou pelas desigualdades sociais promovidas por ele. Mesmo com toda fé depositada na ciência e na tecnologia, os problemas não foram extintos. E a cidade, por concentrar elevado número de pessoas, tornou tais problemas mais visíveis. Dessa vez, a cidade é que foi vista de forma monolítica. Como se os problemas fossem características a ela inerentes e no campo estivessem ausentes.

Mitos criados, dicotomia fortalecida, oposições consolidadas. Porém, pensar a dialética dos mitos é uma forma de compreendê-los em seu movimento contraditório.

O campo transformou-se em referencial de nostalgia, negou-se o presente, buscando uma harmonia pretérita. O campo tornou-se o legítimo representante do passado (nostálgico), e a cidade do futuro (lócus das realizações). Willians (1990) ressalta que nesse embate, ficou faltando o presente, marcado pelas tensões promovidas pela dicotomia entre ambos.

Considerações Finais

Os mitos construídos sobre o campo e o modo de vida rural fundamentaram-se no passado. Seja em um passado representante do atraso, quando relacionado à lógica feudal, seja um passado redentor, quando relacionado a busca da harmonia entre homem e natureza.

Contrariamente ocorreu com os mitos construídos sobre a cidade e o modo de vida urbano, que se basearam no futuro. Um futuro promissor, quando pensado sob a lógica do desenvolvimento tecnológico. A cidade vista enquanto expressão e símbolo do novo criado por tal desenvolvimento. Lugar onde o homem consolidaria sua emancipação criadora. Ou um futuro decadente, pois os problemas das cidades se acentuavam mesmo com todo avanço tecnológico, degradando valores e virtudes humanas.

Mitos criados: oposições e complementaridades. Opunham-se no sentido de que as virtudes exaltadas de um se fortaleciam sobre as deficiências de outrem. Afirmção e negação. Afirmou-se as qualidades do campo para negar as da cidade. Negou-se as qualidades da cidade para afirmar as do campo. A cidade era o centro, o novo e a liberdade, porque o campo significava o passado, o velho e a prisão a valores arcaicos. O campo representava a harmonia, a tranqüilidade e a inocência, porque a cidade significava o caos, o barulho e a perversidade. Complementavam-se, pois funcionavam como fugas para ambas realidades. A monotonia e o atraso do campo poderia ser vencido pelo contato com a cidade, da mesma forma que caos das cidades seria solucionado pela fuga ao campo.

A cidade não deixou de ser vista enquanto lócus da centralidade e das realizações. O romantismo da harmonia entre homem e natureza era facilmente descartado pela ideologia do progresso. O retorno a uma vida simples em contato com a natureza ia de encontro com as idéias que fundamentavam uma sociedade progressista. O bucolismo não retirou o poder centralizador das cidades, mas nada impediu que o campo se transformasse em um lugar de fuga momentânea aos infortúnios nela existentes. A idéia de atraso não destituiu o campo de poesia natural, especialmente porque a problemática das cidades crescia.

Embora consolidando as oposições, campo e cidade tornam-se uma tríade pelo surgimento do elemento mediador: a relação estabelecida entre ambos por esse movimento de negação e afirmação. A contradição se desfaz pela relação entre os pólos opostos. O ir e vir. Retorno ao passado. Viagem ao futuro. As oposições se fortalecem e se encerram nessa dança contínua entre campo e cidade. Aquilo que os opõem, também os unem. Diferenças que se completam. A dialética das relações.

BIBLIOGRAFIA

- BLOCH, Marc. **A terra e seus homens** – Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: EDUSC, 2001. 577p.
- HOBBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções**. São Paulo, Paz e Terra, 2000. 366p.
- HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. 21.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Kougan, 1986.
- MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002. 144p. (Obra Prima de Cada Autor, 44) Trad. Pietro Nassetti. 144p.
- MICHELET, Jules. **O Povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 231p. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. 231p.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. v.2, 336p. (Os Pensadores)
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

[1] Pesquisa de mestrado financiada pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

[2] O artificial aqui deve ser entendido não de forma pejorativa, mas num sentido de criação e transformação.

[3] Não é nosso objetivo rotular tais pensadores, até mesmo porque o movimento romântico possuía imensa pluralidade de pensamentos e posturas. Mas a idéia do “bom selvagem” de Rousseau influenciou uma das posturas mais marcantes do romantismo: a idéia de retorno ao passado e a uma vida primitiva harmônica.